

Vereadores pedem suspensão de cortes na Praça do Coco

Parlamentares de esquerda pedem que cortes de árvores do local sejam interrompidos

Por Moara Semeghini

A bancada de esquerda da Câmara Municipal de Campinas protocolou um ofício junto à Prefeitura solicitando a suspensão imediata de procedimentos de destoca e novas intervenções na Praça do Coco, em Barão Geraldo, após a remoção de árvores no local. O documento também anexa um laudo elaborado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), produzido por especialistas da área ambiental.

O pedido foi assinado pelos vereadores Mariana Conti e Fernanda Souto (PSOL), Guida Calixto, Paolla Miguel e Wagner Romão (PT) e Gustavo Petta (PCdoB). Além da interrupção das intervenções, os parlamentares pedem a retirada de dois galhos remanescentes que apresentavam risco de queda.

Segundo a vereadora Mariana Conti, o laudo técnico apon-

ta que as árvores removidas não apresentavam danos que justificassem a supressão. “A Prefeitura não pode seguir com esse projeto de devastação ambiental desenfreado. O que aconteceu na Praça do Coco não foi um fato isolado”, afirmou. A vereadora Paolla Miguel ressaltou ainda os impactos culturais da retirada das árvores. “A Praça do Coco abriga uma feira tradicional e concentra ensaios e encontros de blocos de carnaval. Essas experiências de convivência ficam mais difíceis sem a arborização”, declarou.

Já Guida Calixto afirmou que a preservação das árvores é essencial para a qualidade de vida da população. “Não aceitaremos que destruam um patrimônio ambiental e afetivo da cidade sem diálogo com a comunidade”, disse.

Preservação

A mobilização ocorre após a divulgação de laudos inde-



Manifestantes reunidos em volta do que restou das árvores extraídas pela Prefeitura na praça

pendentes elaborados por engenheiros agrônomos, ambientais e florestais ligados à USP, Unesp, Unicamp e ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), que apontam que as árvores removidas da Praça do Coco apresentavam condições de preservação e não precisariam ser suprimidas.

As árvores eram da espécie *Ficus benjamina*, popularmente conhecida como figueira-benjamim. Tinham cerca de 22 metros de altura e por volta de 50 anos.

Os especialistas também criticaram os documentos utilizados pela Prefeitura para justificar os cortes. Segundo o engenheiro florestal José Hamilton de Aguirre Júnior, membro técnico do Comdema e mestre em Arborização Urbana pela USP, os laudos apresentados pela administração municipal seriam superficiais e não atenderiam aos critérios técnicos mais aprofundados previstos pelas normas da Associação

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O laudo do Comdema destaca a relevância ambiental e social da arborização da praça, citando benefícios como sombreamento, redução da temperatura, melhoria da qualidade do ar e auxílio no escoamento da água das chuvas. De acordo com os pesquisadores, esses fatores contribuem diretamente para o conforto térmico e a convivência no espaço público.

Porém, conforme o **Correio da Manhã** divulgou em primeira mão, o professor Demóstenes Ferreira da Silva Filho, da Esalq-USP, autor do parecer técnico divulgado pela Prefeitura posteriormente aos cortes para justificar as extrações, afirmou que não houve vistoria no local nem avaliação direta das árvores cortadas e que sua análise foi feita apenas com base nos documentos já existentes e sem análise diretas às árvores. O documento final foi protocolado nesta quarta-feira

(5) na Prefeitura pelo engenheiro florestal José Hamilton de Aguirre Júnior, membro técnico do Comdema, mestre em Agronomia e Arborização Urbana pela USP.

O engenheiro protocolou o resultado final do laudo técnico elaborado em contraposição à documentação apresentada pela MB Engenharia (empresa terceirizada contratada pela Prefeitura). “Utilizamos equipamentos de análise interna da madeira, e os resultados indicam que as árvores tinham resistência estrutural para permanência no local”, afirmou. “Nós deixaremos registrado aqui na Prefeitura esse mau procedimento e tudo que está sendo reivindicado, que é a compensação ambiental. Para que isso não ocorra mais com a urbanização de Campinas”, declarou. O estudo utilizou duas metodologias com uso de equipamentos distintos, incluindo tecnologia nacional.

Funcionária de Hospital Mario Gatti, em Campinas, é presa por injúria racial

Fernanda Senega/Prefeitura de Campinas

Uma auxiliar de enfermagem da Unidade Pediátrica Hospital Mário Gattinho, em Campinas, foi presa em flagrante na manhã desta quinta-feira (7) suspeita de injúria racial contra uma colega de trabalho durante o expediente. Segundo o boletim de ocorrência, a servidora teria ofendido a vítima com expressões racistas dentro da unidade de saúde.

De acordo com a Prefeitura de Campinas, uma equipe da Guarda Municipal foi acionada por uma funcionária da unidade após o desentendimento entre as servidoras. No local, a denunciante confirmou as ofensas e a suspeita admitiu os fatos aos agentes.

Segundo o registro policial, a vítima, uma técnica de enfermagem de 27 anos, relatou que entrou na cozinha do hospital para

tomar café quando iniciou uma conversa com a suspeita, de 56 anos. Durante a discussão, teria sido chamada de “negra encardida e fedorenta”.

As duas servidoras foram encaminhadas à 1ª Delegacia Seccional de Campinas, onde o caso foi registrado como injúria racial. A Polícia Civil irá investigar as circunstâncias do crime.

Em nota, a Rede Mário Gatti informou que decidiu pelo afastamento imediato da servidora suspeita após o ocorrido. Também será instaurado processo ético e disciplinar, que poderá resultar na exoneração da funcionária, dependendo do resultado das investigações conduzidas pela Polícia Civil.

A Prefeitura informou ainda que a vítima receberá atendi-



Uma auxiliar de enfermagem foi presa em flagrante

to especializado por meio da rede municipal de acolhimento para casos de discriminação racial.

“A Prefeitura de Campinas repudia e não compactua com qualquer tipo de ato de discriminação”, informou a administração municipal, que destacou também destacou manter políticas públicas e canais voltados ao enfrentamento do racismo, tais como: Centro de Referência

em Direitos Humanos para Prevenção e Combate ao Racismo; Cotas Raciais em Concursos; Proerer e Pasmec; Observatório Mípid; Comitê Técnico da Saúde da População Negra; Guia de Terminologias; Adesão ao Sinapir; Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial; Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra; Fundo Municipal de Valorização da Comunidade Negra; Desenvolvimento de Lideranças Negras; Calendário Oficial de Luta; Reconhecimento de datas importantes, como o Mês da Consciência Negra, Dia de Tereza de Benguela e o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa.